



Relatório e Contas



2011

+ Órgãos Sociais		Página 2	
+ Relatório de Gestão		4	
- <i>Relatório de Gestão</i>			
+ Documentos de Prestação de Contas			
- <i>Demonstração dos resultados por natureza</i>		28	
- <i>Balanço</i>		29	
- <i>Demonstração das alterações no capital próprio</i>		31	
- <i>Demonstração de fluxos de caixa</i>		32	
- <i>Anexo às demonstrações financeiras</i>		33	
+ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal			
- <i>Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</i>		73	
+ Certificação Legal das Contas			
- <i>Certificação Legal das Contas</i>		75	

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

João José Alves Pereira
Presidente

José Joaquim Sousa Fernandes
Vice-presidente

Pedro Miguel Fernandes da Silva Tavares
Secretário

Conselho de Administração

Fernando Pereira Campos
Presidente

Fernando José Gomes Rodrigues
Administrador

Agostinho Alves Pinto
Administrador

Francisco Baptista Tavares
Administrador

Domingos Manuel Pinto Batista Dias
Administrador

João Gonçalves Martins Batista
Administrador

António Manuel Carvalho Rodrigues
Administrador

Fiscal Único

Carlos de Jesus Pinto de Carvalho, em representação de
Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'P. 10', 'A. 10', 'B. 10', 'T. 10', and 'M. 10'.

RELATÓRIO DE GESTÃO

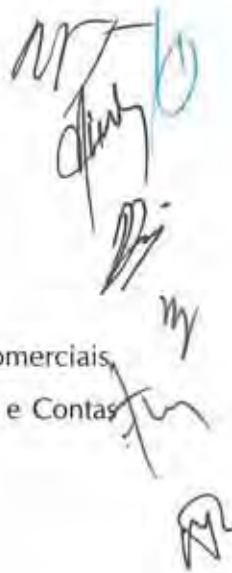
EXERCÍCIO DE 2011

Exmos. Senhores Accionistas,

Nos termos do Art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão, Balanço e Contas do Exercício de 2011.

Introdução

A EHATB - Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A., doravante designada por EHATB ou sociedade, tem como objecto social principal as actividades de construção, exploração e produção de energia com origem nos recursos renováveis, nomeadamente nos domínios hídrico, eólico, solar, geotérmico, da biomassa e do bio-gás e ainda de aproveitamento dos demais recursos naturais ou outros da região. Complementarmente, participa ou organiza eventos de promoção de produtos e serviços da região. Tem ainda por objecto actividades de recolha, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos, de fornecimento e tratamento de água para abastecimento urbano e a recolha e tratamento de efluentes, de aferição metrológica de instrumentos de medição, e de medição de ruído, com vista à promoção do desenvolvimento económico da região ou da sua qualidade de vida. A EHATB pode também exercer outras actividades para além daquelas que constituem o seu objecto principal, desde que os fins prosseguidos se contenham no âmbito das atribuições municipais.



Estrutura Societária

O capital social da Empresa ascende a **900.000 €**, repartido da seguinte forma:

Sócios	PAÍS DE LOCALIZAÇÃO DA SEDE	PARTICIPAÇÃO DIRECTA NO CAPITAL		PARTICIPAÇÃO DIREITOS DE VOTO %
		%	€	
Município de Boticas	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Chaves	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Montalegre	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Ribeira de Pena	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Valpaços	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Vila Pouca de Aguiar	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Total		100,00%	900.000,00	100,00%

Enquadramento Legal Relevante

O ano de 2011 manteve o quadro normativo do sector das energias renováveis.

A sociedade, no mês de Fevereiro de 2011, solicitou um parecer à Direcção Geral das Autarquias Locais relativamente à caracterização desta sociedade comercial, face ao regime jurídico do sector empresarial local, tendo o referido parecer, datado de 1 de Abril de 2011, concluído o seguinte: "A Ehatb é uma empresa municipal sob a influência conjunta de vários municípios e como tal integra o sector empresarial local", parecer esse que foi posteriormente complementado, em resposta a questões que aquele documento suscitou à Ehatb, por um outro parecer proferido, por indicação da DGAL, pela CCDRN, através do ofício DSAJAL/DAJ ID 983533. A empresa efectuou algumas adaptações da sua prática e do seu funcionamento a esse mesmo regime, tendo aprovados os documentos previsionais de gestão, designadamente orientações estratégicas e contrato-programa. A adaptação do objecto social da empresa ao Regime do SEL está a aguardar as modificações que vierem a ser introduzidas na nova legislação em preparação.

Enquadramento do Sector

A electricidade de origem renovável foi responsável por 46,8 por cento do total do consumo eléctrico em Portugal continental no ano de 2011, segundo o balanço à produção de electricidade da Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN).

Em 2011, a produção de electricidade de origem renovável em regime especial (PRE-FER) foi responsável por 25,1 por cento da electricidade consumida em Portugal, dos quais 17,6 por cento foram provenientes da energia eólica.

Tendo por base a aplicação da correcção da hidraulicidade, que tem em conta o facto de 2011 ter sido menos húmido que o ano médio, a incorporação de electricidade renovável no consumo nacional atingiu os 48,9 por cento em 2011, o que representa um aumento face aos 45,1 por cento registados em 2010.

Evolução dos negócios

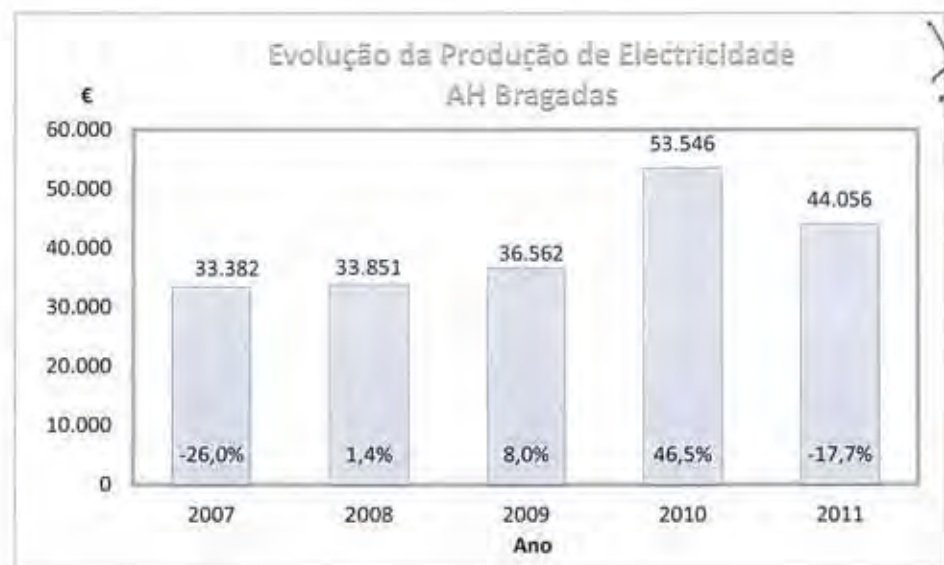
A actividade da sociedade em 2011 manteve como principal fonte de proveitos a exploração industrial do Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas, que continua a contribuir de uma forma evidente para o desenvolvimento da empresa.

Das actividades da sociedade desenvolvidas no ano de 2011 merecem menção especial, para além da já referida exploração do Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas, a gestão do Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Alvadia e a prestação de serviços de assessoria às empresas:

- Empreendimento Eólico de Alvadia Lda.,
- Eólica da Padrela Lda.,
- Empresa Eólica do Barroso, Lda.,
- Atberg - Eólica do Alto Tâmega e Barroso Lda.,
- Eólica de Atilhó, Lda.,
- Eólica de Barbadães, Lda.,
- Eólica de Leiranco, Lda. e
- Eólica da Serra de Mairos, Lda.,

Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas

O Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas durante o ano de 2011 teve uma produção superior ao ano médio (+10%), mas menos 17,7% em relação ao ano excepcional de 2010, correspondendo a um decréscimo das vendas de electricidade da ordem dos 13,7%.



Adicionalmente, podemos registar que a estratégia de diversificação de negócios encetada pela empresa em devido tempo, através das suas sociedades participadas, nomeadamente no sector da energia eólica, encontra-se a gerar importantes resultados que vêm complementar os proveitos gerados pelo Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas.

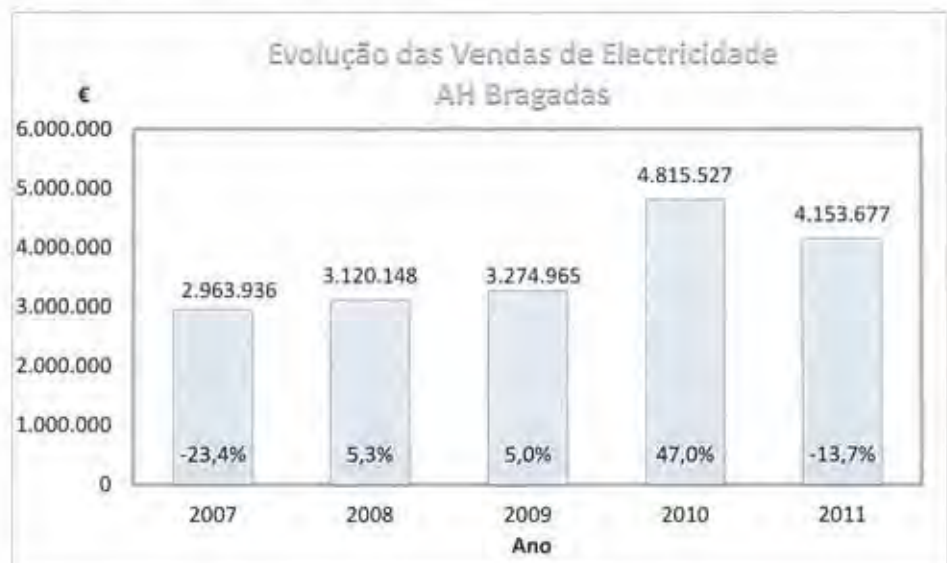
Aproveitamento Hidroeléctrico de Alvadia

No âmbito do Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Alvadia, empreendimento pertencente às Câmaras Municipais do Alto Tâmega, desenvolveram-se diversos trabalhos e tarefas relacionados com a sua gestão, controle do empreendimento, acompanhamento da empreitada de "Remodelação do Sistema de Comando e Controlo do Aproveitamento Hidroeléctrico de Alvadia", vistorias periódicas às obras e ao equipamento, elaboração de relatórios diários, análise do funcionamento dos equipamentos e registo de todas as operações de manutenção e de exploração.

Análise Económica e Financeira

Proveitos

O exercício de 2011, como nos anos anteriores, foi fortemente influenciado pela exploração do Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas, cuja facturação à EDP Distribuição SA, da produção de energia eléctrica, se cifrou em **4.153.677 €**.

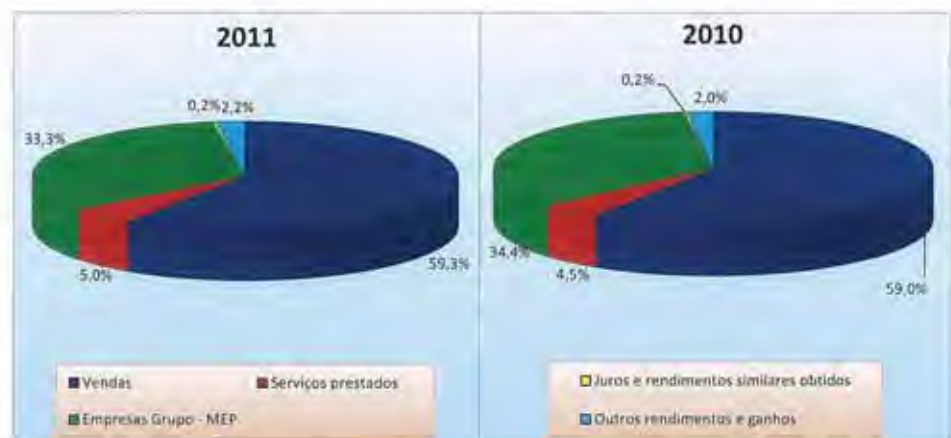


M
M
duo
D
K
M

Também contribuíram para os proveitos deste exercício:

- os serviços prestados de assessoria à gestão do Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Alvadia e às empresas participadas: EEA, Atberg, Padrela, Barroso, Atilho, Barbadães, Leiranco e Serra de Mairos atingiram os 352.247 €
- os rendimentos e ganhos em subsidiárias representaram 2.337.386 €
- os juros obtidos de depósitos bancários foram de 15.600 €
- os outros rendimentos e ganhos essencialmente relacionados com o reconhecimento de subsídios ao investimento referentes ao A. H. de Bragadas foram de 151.003 €
- Acompanhando a diminuição da performance operacional do AH de Bragadas e dos proveitos das empresas participadas (-16,7%), os rendimentos globais da sociedade diminuíram 14,18% face ao exercício anterior, cifrando-se nos **7.010.008 €**

Estrutura de Proveitos



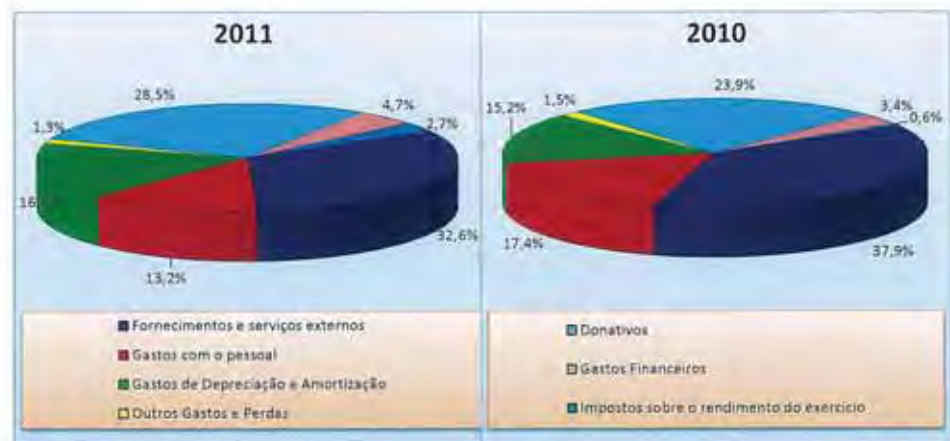
A estrutura de proveitos manteve-se globalmente estável e idêntica ao ano anterior. As receitas provenientes da produção eléctrica do A H de Bragadas, observaram um peso relativo no total de proveitos (de 59.3%) e os ganhos provenientes das sociedades participadas, cuja influência nos

proveitos da sociedade tem um carácter cada vez mais importante, registaram um peso relativo de 33.3% dos proveitos da sociedade.

Custos

Os gastos registados no exercício de 2011, no montante de **3.940.221 €** apresentaram uma diminuição face ao ano transacto de 12,07%, que estão essencialmente ligados a três rubricas: ao decréscimo dos Fornecimentos e Serviços Externos (em cerca de -24,51%), dos Gastos com Pessoal (cerca de -33,21%) e ao aumento de 5,13% dos donativos efectuados a diversas entidades, ao abrigo do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Estrutura de Custos



Resultados



Os resultados líquidos do exercício, tendo em conta os factores acima mencionados, registaram um decréscimo de 16,7%, face ao ano anterior.

Indicadores Económicos e Financeiros

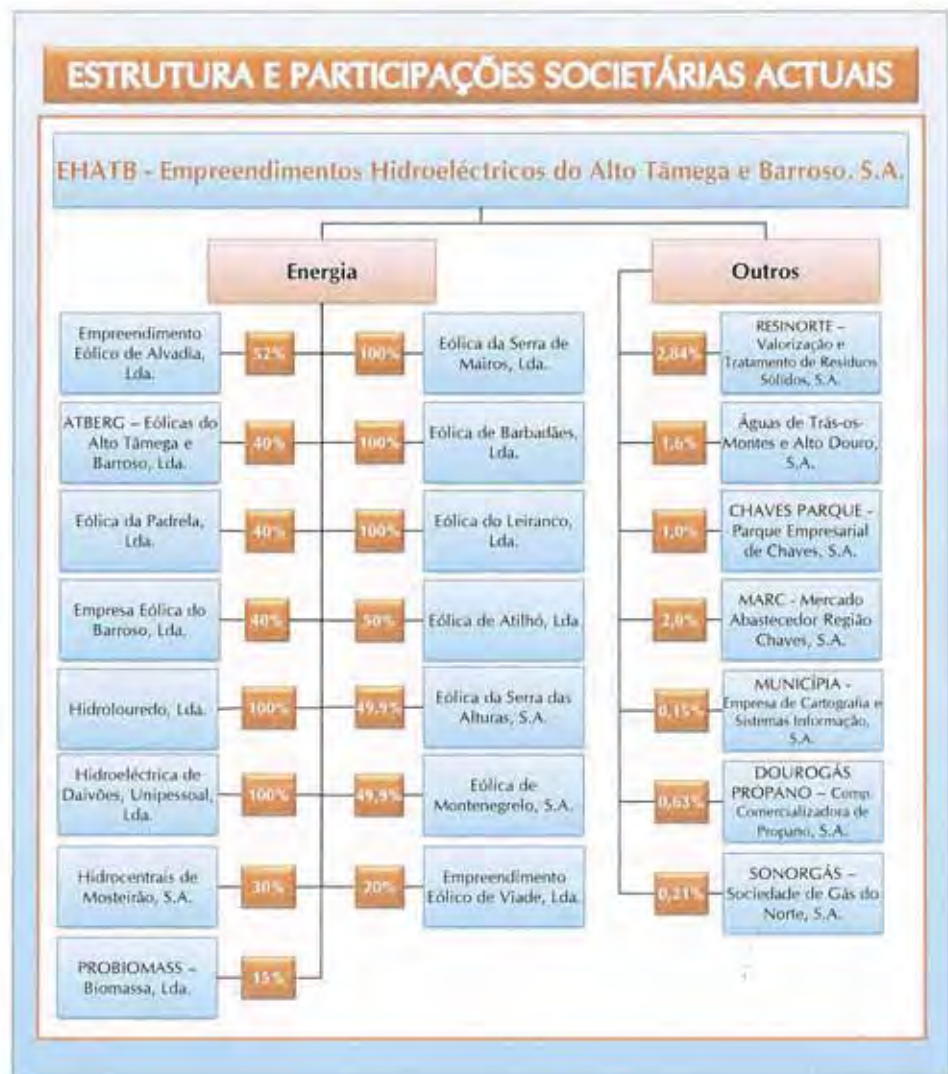
A EHATB, continua a apresentar indicadores económico-financeiros sólidos. Manteve-se um crescimento ao nível da sua autonomia financeira, reduzindo consolidadamente os riscos de solvabilidade da empresa, neste conturbado enquadramento económico português e de turbulência nos mercados financeiros internacionais, cujas condições financeiras tendem a ser globalmente mais restritivas.

A sociedade atingiu, em 2011, resultados de exploração anual operacional acrescidos dos encargos financeiros positivos (825.115€), cumprindo com o disposto no artigo 31.º da Lei 53-F/ 2006.

Indicadores Económicos e Financeiros	2011	2010
Volume de Negócios	4.506.018	5.186.437
Cash Flow Operacional	3.383.143	1.932.083
EBIT	3.346.542	3.852.504
EBITDA	4.013.499	4.533.580
Equilíbrio Financeiro (Art.º31.º Lei 53-F/2006) ¹	825.115	893.522
Grau de Autonomia Financeira	66,3%	62,0%
Debt to Equity	50,7%	61,2%
Activo Fixo Líquido / Capitais Próprios	1,51	1,61
Passivo Financeiro / Capitais Próprios	0,41	0,51
Liquidez Geral	1,67	1,74
Liquidez Imediata	0,62	0,17
Rentabilidade das Vendas	68,1%	71,1%
Rentabilidade do Activo	13,3%	16,3%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	20,1%	26,3%
Gastos Operacionais / EBITDA	90,8%	94,9%
Gastos com Pessoal / EBITDA	13,0%	17,2%
EBITDA / Encargos Financeiros Líquidos	1676,3%	2296,7%

Participações Societárias

A Administração procurou ao longo dos anos seguir uma estratégia de diversificação dos negócios com vista à criação dos alicerces que permitirão acrescentar valor à sociedade e atingir um nível elevado de rentabilidade para os accionistas. Desta forma, em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa detinha as seguintes participações:



Energia

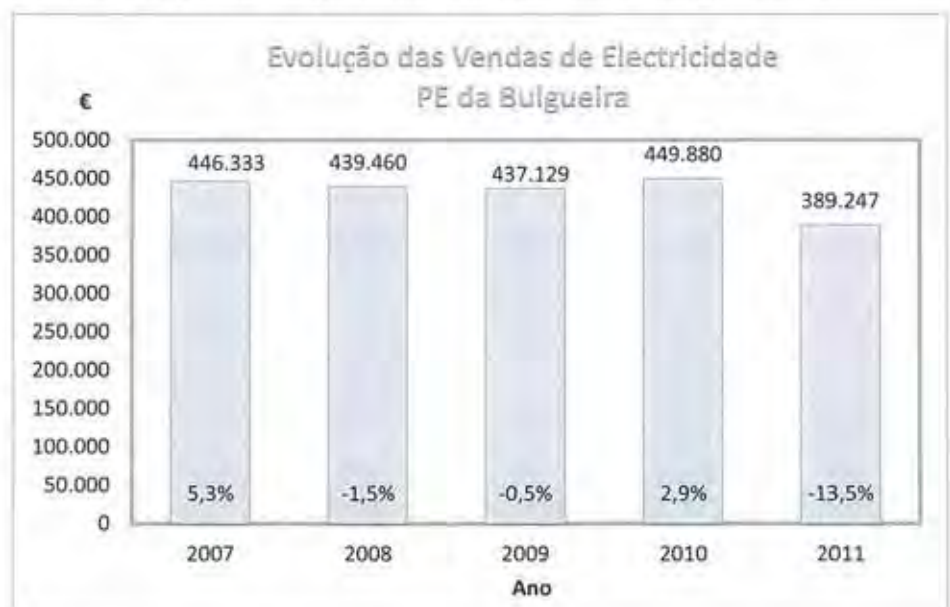
• **Empreendimento Eólico de Alvadã, Lda.**

A EEA, detém o Parque Eólico do Alvão, no concelho de Vila Pouca de Aguiar de 22,8 MW de potência instalada, com 12 aerogeradores.



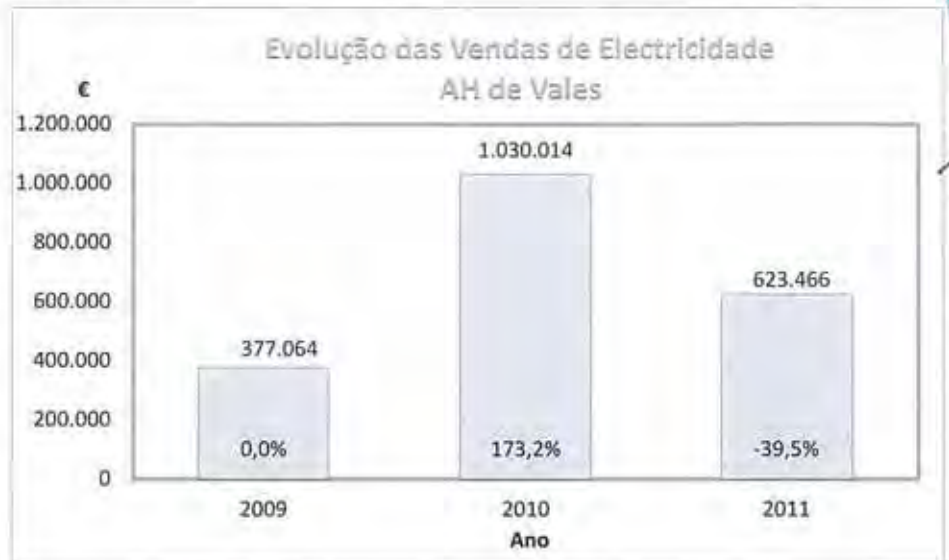
• **ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega, Lda.**

A ATBERG detém o Parque Eólico da Bulgueira, no concelho de Ribeira de Pena, de 2,4 MW de potência instalada, com 3 aerogeradores.

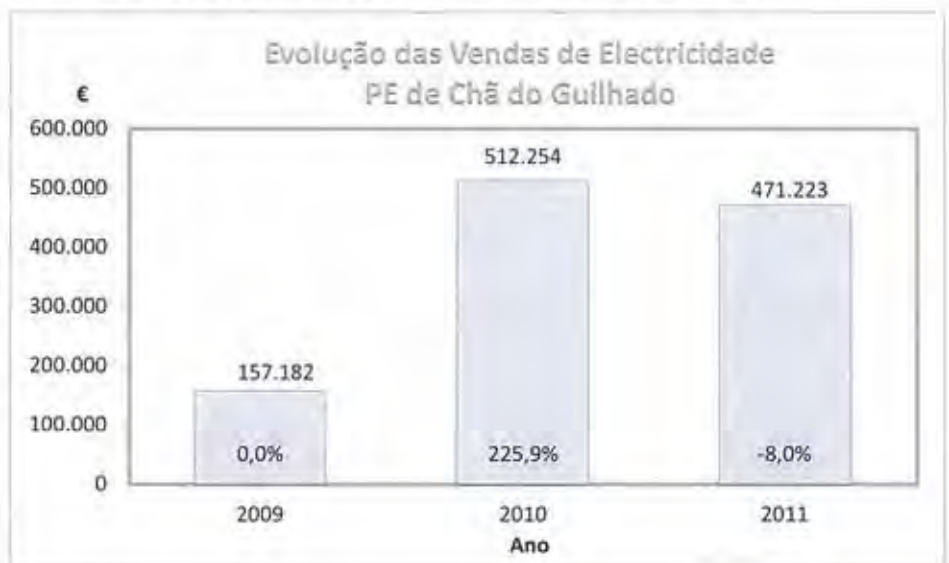


Handwritten notes and signatures:
 M
 M
 B
 B
 B

Esta sociedade possui, ainda, o Aproveitamento Hidroeléctrico de Vales, de 3,2 MW, situado no Rio Tinhela, no concelho de Vila Pouca de Aguiar.



A ATBERG detém também o Parque Eólico de Chã do Guilhado, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, com um aerogerador de 2MW.



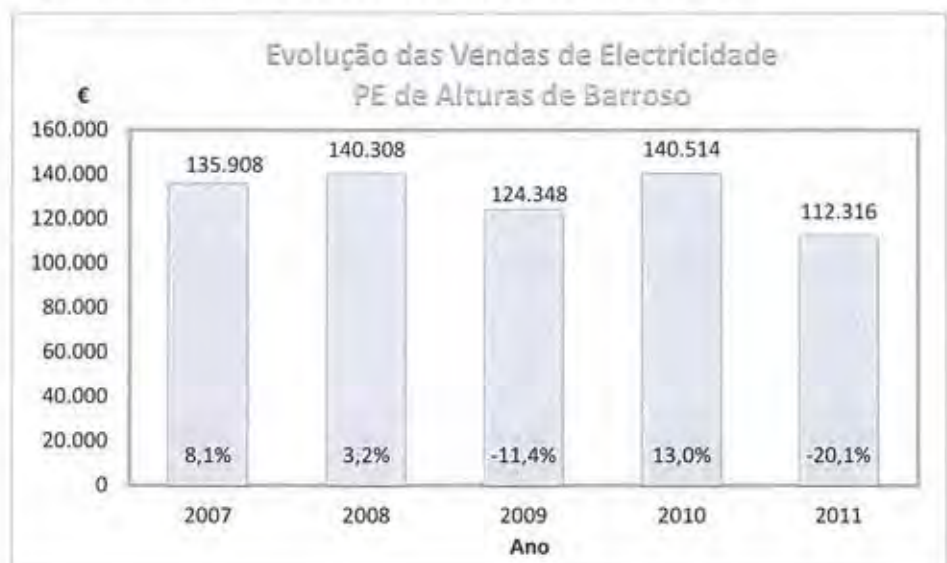
• **Eólica da Padrela, Lda.**

A "Eólica da Padrela Lda", detém o Parque Eólico da Padrela, constituído por um aerogerador de 600 KW, no concelho de Vila Pouca de Aguiar.



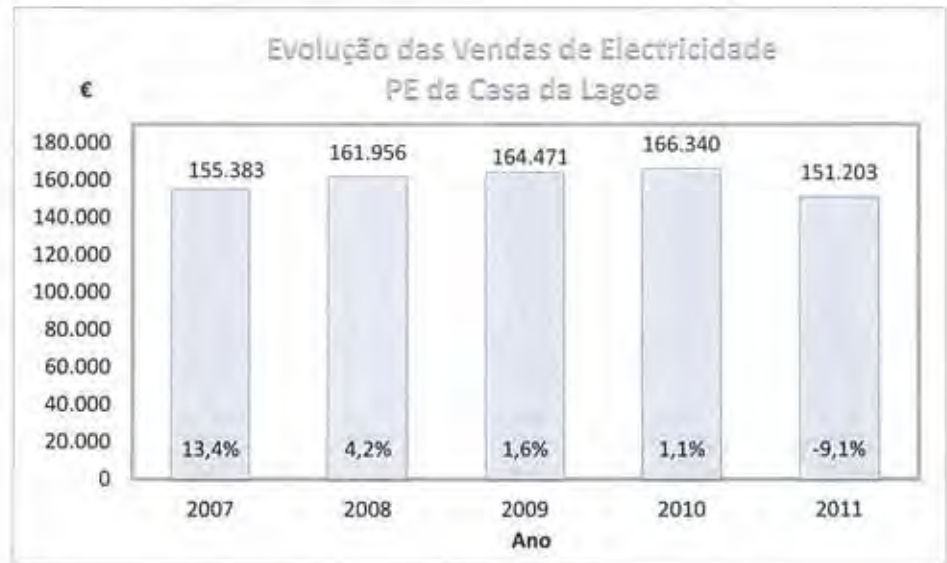
• **Empresa Eólica do Barroso, Lda.**

Esta sociedade detém o Parque Eólico de Alturas do Barroso, constituído por um aerogerador de 600 KW, no concelho de Boticas.



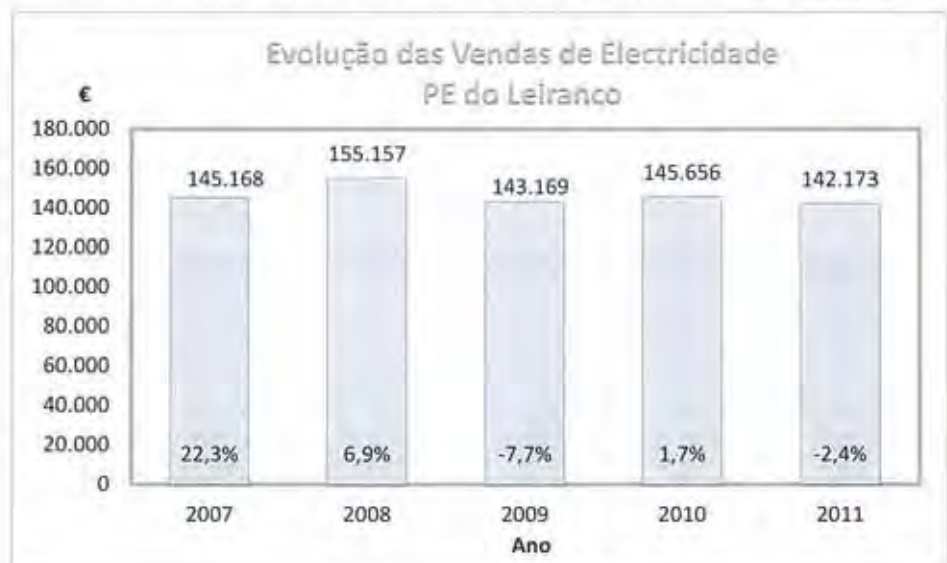
• **Eólica de Barbadães, Lda.**

A "Eólica de Barbadães, Lda.", detém o Parque Eólico da Casa da Lagoa, constituído por um aerogerador de 600 KW, no concelho de Vila Pouca de Aguiar.



• **Eólica do Leiranco, Lda.**

A "Eólica do Leiranco, Lda.", possui o Parque Eólico do Leiranco, constituído por um aerogerador de 600 KW, no concelho de Boticas.



Handwritten signatures and initials:
 - Top right: A signature in blue ink.
 - Middle right: A signature in black ink.
 - Bottom right: A circled initial 'R'.

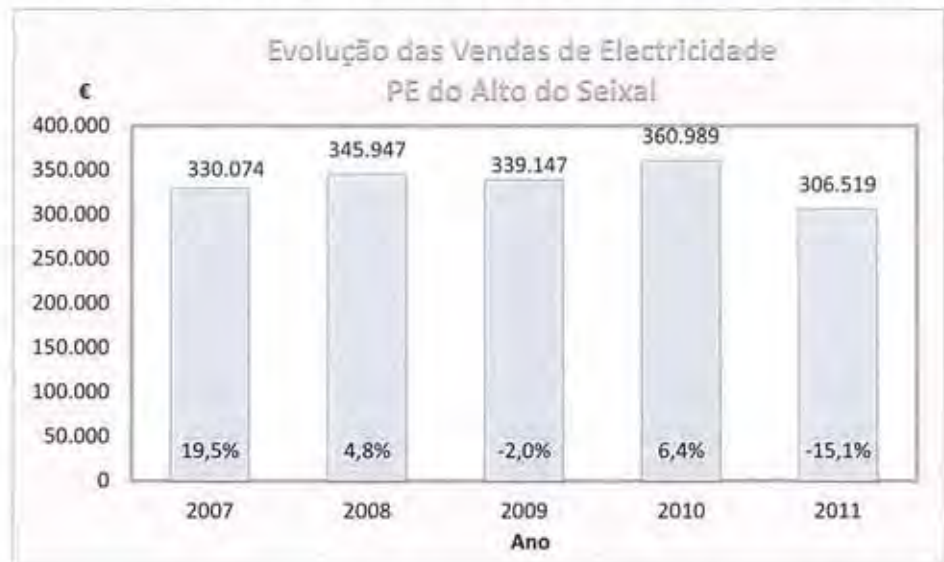
• **Eólica da Serra de Mairós, Lda.**

A “Eólica da Serra de Mairós, Lda.”, detém o Parque Eólico de Mairós I, constituído por dois aerogeradores, um de 600 KW e outro de 2000 KW, e o Parque Eólico de Mairós II, constituído por um aerogerador de 600 KW, no concelho de Chaves.



- **Eólica de Atilhó, Lda.**

A "Eólica de Atilhó, Lda.", possui o Parque Eólico do Alto do Seixal, constituído por dois aerogeradores de 800 KW, no concelho de Boticas.



- **Empreendimento Eólico de Viade, Lda.**

Esta sociedade explora o Parque Eólico da Aguieira, constituído por um aerogerador de 600 kW, situado no concelho de Montalegre.



Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a circled '0' and various scribbles.

- **Eólica da Serra das Alturas, S.A.**

Esta sociedade detém o Parque Eólico do Barroso II, situado no concelho de Boticas, com 5 aerogeradores de 2 MW de potência.



- **Eólica de Montenegro, S.A.**

Esta sociedade detém o Parque Eólico de Negrolo / Guilhado, situado no concelho de Vila Pouca de Aguiar, com 10 aerogeradores de 2 MW de potência.



- **Hidroelétrica de Daivões, Unipessoal, Lda.**

Esta sociedade, detida a 100%, pela EHATB, tem como objectivo a promoção, construção e exploração do aproveitamento hidroeléctrico de Daivões, situado no rio Tâmega, no concelho de Ribeira de Pena, com uma potência prevista de 10 MW.

- **Hidrocentrais de Mosteirão, S.A.**

Esta sociedade tem como objectivo o Aproveitamento Hidroeléctrico de Mosteirão, situado no Rio Terva, no concelho de Boticas, com uma potência base de 7.990 kVA.

- **Hidrolouredo, Lda.**

Esta sociedade é detida a 100% pela EHATB, tem como objectivo a promoção, construção e exploração de um aproveitamento hidroeléctrico no rio Louredo, situado no concelho de Ribeira de Pena.

- **Probiomass - Biomassa, Lda.**

Em Julho de 2008, foi constituída a sociedade "Probiomass - Biomassa, Lda." que pretende construir e explorar uma central termoeléctrica a biomassa floresta, cuja potência instalada é de 11 MVA.

Outras

- **RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.**

A EHATB detém 2,84% desta sociedade cujo objectivo assenta na valorização e tratamento dos resíduos sólidos do Alto Tâmega, que resulta do processo de fusão das sociedades REBAT – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Baixo Tâmega, S. A., RESAT – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A., e RESIDOURO – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

No âmbito deste processo de fusão, a EHATB vendeu 573.008 acções da sociedade RESAT, à EGF – Empresa Geral de Fomento S.A. pelo seu valor nominal, tendo ficado detentor de 11,35% do capital social da RESAT, valor que após o processo de fusão das mencionadas sociedades correspondeu à detenção de 2,84% do capital social da RESINORTE. A EHATB, já demonstrou a intenção de alienar a totalidade da sua participação junto dos restantes accionistas da sociedade.

- **Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.**

O objectivo desta sociedade baseia-se na construção e gestão do Sistema de Abastecimento de Águas e Saneamento de Trás-os-Montes. A EHATB detém cerca de 1,66% do seu Capital Social.

- **CHAVES PARQUE - Parque Empresarial de Chaves, S.A.**

A EHATB detém acções representativas de 1% do capital da sociedade, cujo objectivo assenta na construção e gestão do Parque Empresarial de Chaves.

- **MARC - Mercado Abastecedor Região Chaves, S.A.**

A EHATB detém acções representativas de 2% do capital da sociedade, cujo objectivo assenta na construção e gestão do Mercado Abastecedor da Região de Chaves.

- **MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas Informação, S.A.**

A EHATB detém acções representativas de 0,15% do capital da sociedade, cujo objectivo assenta nas áreas da produção de Cartografia e Sistemas de Informação Geográfica.

- **Dourogás Propano – Companhia Comercializadora de Propano, S.A.**
A EHATB detém acções representativas de 0,63% do capital da sociedade que é responsável pela distribuição de gás propano nas zonas não concessionadas do interior norte do país.
- **Sonorgás – Sociedade de Gás do Norte, S.A.**
A EHATB detém acções representativas de 0,21% do capital da sociedade que presta o serviço público de distribuição de gás natural a uma vasta área do interior norte do país. No ano de 2010 houve uma diminuição da participação social, uma vez que por decisão da Administração, foi deliberado não participar no seu aumento de capital.

Evolução Previsível da Sociedade

A EHATB, prossequindo a estratégia definida pelos seus accionistas, para além do desenvolvimento das actividades relacionadas com a exploração e gestão do Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas, da gestão do Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Alvalá, e ainda da prestação de serviços de assessoria às empresas participadas, prevendo a produção normal de energia do A. H. Bragadas e o previsível incremento de receitas provenientes dos diversos Parques Eólicos já em exploração, poderá encarar o futuro com toda a confiança.

Factos relevantes ocorridos após o Termo do Exercício

Em 2012, o Decreto-Lei 25/2012, de 6 de Fevereiro, suspendeu a atribuição de potências de injeção na Rede Eléctrica de Serviço Público no âmbito do Regime Especial, aplicável a todos os pedidos cuja ligação à rede não se encontre autorizada ou cujo ponto de recepção não se encontre ainda atribuído e abrange as instalações de produção ao abrigo das instalações de produção ao abrigo dos decretos-Lei 312/2001 e 538/99, respeitantes a recursos endógenos renováveis até 10MVA. Como não é expectável novos pedidos de ligação à rede, esta alteração não deverá ter impacto significativo na empresa, nem nas empresas participadas.

Aplicação dos Resultados

O resultado líquido do exercício traduziu-se num lucro de 3.069.787,03 €, pelo que o Conselho de Administração, tendo em consideração as disposições legais, o contrato da Sociedade, e as normas contidas na Lei 53-F/2006, nomeadamente no seu n.2 do artigo 30.º, propõe que esse lucro tenha a seguinte aplicação:

• Reservas Legais	306.979,00 €
• Resultados Transitados	1.815.108,03 €
• Dividendos a distribuir	947.700 €

Notas Finais

De referir ainda que, no exercício não foram constituídas provisões, não se registaram quaisquer operações sobre quotas próprias.

Igualmente não foram concedidas autorizações ao abrigo do Art.º 397 do Código das Sociedades Comerciais para negócios entre a Sociedade e seus Administradores.

No final do exercício não existiam quaisquer dívidas ao Estado e à Segurança Social, em situação de mora.

No decorrer de 2010, foi efectuada uma acção inspectiva ao exercício de 2008, a cargo dos Serviços de Inspeção Tributária da Direcção de Finanças de Vila Real, cujo relatório foi entregue à sociedade em Dezembro de 2010, e no qual foram levantadas um conjunto de situações e considerações, que no entender dos referidos serviços, seriam merecedoras de correcções à matéria tributável em sede de Imposto sobre o Rendimento (IRC) e, por consequência, a existência de imposto em falta em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

No nosso entender, a sociedade não praticou qualquer tipo de irregularidade fiscal, pelo que contestará todo e qualquer processo de contra-ordenação, e correspondentes coimas daí decorrentes, pelo que não será constituída qualquer provisão às contas do exercício.

Na sequência deste processo foi, em Julho de 2011, interposto recurso hierárquico, após o pagamento das liquidações de IVA e respectivos juros. Em 2012 foi efectuada o pagamento das correcções à matéria colectável do exercício em causa (IRC), ao qual será apresentado um recurso hierárquico.

Agradecimentos

Não pode o Conselho de Administração terminar sem uma palavra de agradecimento:

- Aos colaboradores, por todo o seu esforço e dedicação;
- Às autoridades oficiais, nomeadamente à Direcção-Geral de Energia e Geologia, ao Instituto de Conservação da Natureza, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e à Administração da Região Hidrográfica do Norte, pela compreensão demonstrada;
- Ao Grupo EDP pela colaboração e apoio demonstrado;
- Ao Grupo Caixa Geral de Depósitos pelo apoio concedido;
- Ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração concedida;
- Aos accionistas pela confiança depositada.

Ribeira de Pena, 30 de Abril de 2012

O Conselho de Administração

Fernando Pereira Campos

Domingos Manuel Vitor Baptista Dias

Francisco Baptista Tavares

Augustinho Alves Pinto

João Gonçalves Martins Batista

Fernando José Gomes Rodrigues

António Manuel Cavalheiro Rodrigues



Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a circled '10'.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31-Dez-11	31-Dez-10
Vendas e serviços prestados	5	4.506.017,66	5.186.436,70
Vendas		4.153.770,19	4.815.526,68
Serviços Prestados		352.247,47	370.910,02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-1.948,16	
Fornecimentos e serviços externos	7	-1.283.559,48	-1.700.319,66
Gastos com o pessoal	8	-521.921,73	-781.438,95
Outros rendimentos e ganhos	9	2.488.390,12	2.966.846,90
Outros gastos e perdas	10	-1.173.479,17	-1.137.944,75
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4.013.499,24	4.533.580,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	14 E 15	-666.957,73	-681.076,74
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.346.541,51	3.852.503,50
Juros e rendimentos similares obtidos	11	15.600,40	15.003,89
Juros e gastos similares suportados-Financiamentos		-184.040,34	-152.735,18
Resultado antes de impostos		3.178.101,57	3.714.772,21
Imposto sobre o rendimento do período	12.1	-138.180,93	-58.809,26
Imposto Diferido	12.2	29.866,39	31.021,05
Resultado líquido do período		3.069.787,03	3.686.984,00

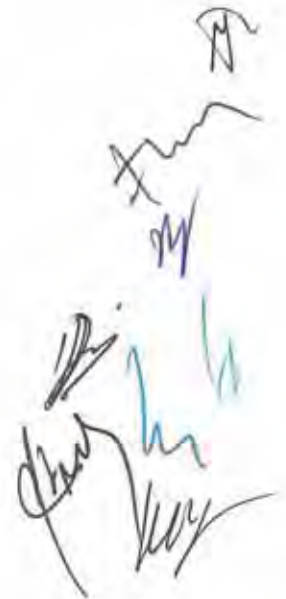


BALANÇO			
ACTIVO	Notas	PERÍODOS	
		31-Dez-11	31-Dez-10
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2-A; 13	485.968,38	558.738,04
Activos intangíveis	3.2-B; 14	6.018.650,82	6.604.794,38
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	3.2-C; 15	12.235.439,34	11.310.163,73
Participações financeiras - outros métodos	3.2-C; 16	716.974,54	715.977,13
Outros activos financeiros	17	1.113.594,29	1.125.594,20
Activos por impostos diferidos	12.2	19.555,46	26.073,95
SOMA		20.590.182,83	20.341.341,43
Activo corrente			
Inventários	18	18.179,86	16.253,80
Clientes	19	748.877,22	1.446.030,05
Estado e outros entes públicos			8.039,94
Accionistas/sócios	20	105.391,14	1.221,14
Outras contas a receber	21	113.706,44	3.057,24
Diferimentos	22	563.463,20	552.553,18
Caixa e depósitos bancários	4	908.307,63	219.015,06
SOMA		2.457.925,49	2.246.170,41
TOTAL DO ACTIVO		23.048.108,32	22.587.511,84

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado		900.000,00	900.000,00
Reservas legais	23.1	811.832,18	442.832,18
Outras reservas	23.2	130.243,08	130.243,08
Resultados transitados	23.3	2.497.623,60	2.238.050,38
Ajustamentos em activos financeiros		6.129.755,57	4.756.133,90
Outras variações no capital próprio	23.4	1.751.610,62	1.860.765,26
SOMA		12.221.065,05	10.328.024,80
Resultado líquido do período		3.069.787,03	3.686.984,00
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		15.290.852,08	14.015.008,80
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	24	5.248.221,39	6.202.443,45
Passivos por impostos diferidos	12.2	583.870,20	624.873,69
Outras contas a pagar	17 e 25	450.750,00	450.750,00
SOMA		6.282.841,59	7.278.067,14
Passivo corrente			
Fornecedores	26	54.967,43	59.827,09
Estado e outros entes públicos	27	348.027,93	102.807,87
Financiamentos obtidos	24	987.339,90	954.222,06
Outras contas a pagar	28	84.079,39	177.578,98
TOTAL DO PASSIVO		7.757.256,24	8.572.503,14
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		23.048.108,32	22.587.511,94

[Handwritten signature]

DESCRIÇÃO	Capital próprio atribuído aos detentores de capital							Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transladados	Ajust. Em Activos Financeiros	Outras Variações no Capital Próprio			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010 (A)	900.000,00	442.832,18	130.243,08	2.384.360,34	2.290.995,11	1.369.919,89	1.954.507,03	10.072.857,63	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Ajustamentos por impostos diferidos				-36.385,81		36.384,99		-0,82	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				640.075,85	2.465.138,79	-145.539,62	-1.954.507,03	1.005.167,99	
(B)		0,00	0,00	603.690,04	2.465.138,79	-109.154,63	-1.954.507,03	1.005.167,17	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (C)	0,00						3.686.984,00	3.686.984,00	
RESULTADO INTEGRAL (D) (D=B+C)							1.732.476,97	4.692.151,99	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Distribuições				-750.000,00				-750.000,00	
(E)	0,00	0,00	0,00	-750.000,00	0,00	0,00	0,00	-750.000,00	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010 (F) (F=A+B+C+E)	900.000,00	442.832,18	130.243,08	2.238.050,38	4.756.133,90	1.860.765,26	3.686.984,00	14.015.008,80	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011 (F)									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		369.000,00		1.789.573,22	1.373.621,67	-109.154,64	-3.686.984,00	-263.943,75	
(G)	0,00	369.000,00	0,00	1.789.573,22		-109.154,64	-3.686.984,00	-263.943,75	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (H)							3.069.787,03	3.069.787,03	
RESULTADO INTEGRAL (I) (I=G+H)							-617.196,97	2.805.843,28	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Distribuições				-1.530.000,00				-1.530.000,00	
(J)	0,00	0,00	0,00	-1.530.000,00			0,00	-1.530.000,00	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011 (L) (L=F+G+H+I+J)	900.000,00	811.832,18	130.243,08	2.497.623,60	6.129.755,57	1.751.610,62	3.069.787,03	15.290.852,08	



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		
	PERÍODOS	
	31-Dez-11	31-Dez-10
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	5.768.316,22	4.861.565,74
Pagamentos a fornecedores	-1.107.613,53	-1.423.797,34
Pagamentos ao pessoal	-571.570,22	-744.676,13
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-66.494,13	-56.517,66
Outros recebimentos/pagamentos	-1.808.763,42	-1.853.966,27
Fluxos de caixa das actividades operacionais (A)	2.213.874,92	782.608,34
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-37.261,30	-4.992,56
Activos intangíveis		-26.908,77
Investimentos financeiros	-6.446,04	
Recebimentos provenientes de:		
Activos intangíveis Investimentos financeiros	17.278,63	1.371,40
Juros e rendimentos similares	11.499,10	14.147,51
Dividendos	1.184.197,72	1.165.857,08
Fluxos de caixa das actividades de investimento (B)	1.169.268,11	1.149.474,66
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-954.222,06	-954.222,06
Juros e gastos similares	-177.973,27	-156.161,92
Dividendos	-1.530.000,00	-750.000,00
Outras operações de financiamento	-31.655,13	-30.932,74
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-2.693.850,46	-1.891.316,72
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	689.292,57	40.766,28
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	219.015,06	178.248,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período	908.307,63	219.015,06

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large 'R' and 'M' on the right side of the table.]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 — Designação da entidade:

ECHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, SA., foi constituída por escritura Pública em 30 de Julho de 1989, com sede na Rua D. Nuno Alvares Pereira, freguesia de Salvador, Vila e Município de Ribeira de Pena, nº de Identificação de pessoa colectiva 502227842, e registada na Conservatória do Registo Comercial de Ribeira de Pena sob o nº 502227842, tem o seguinte objecto social:

Actualmente a Empresa tem por objecto social as actividades de construção, exploração e produção de energia com origem nos recursos renováveis, nomeadamente nos domínios hídrico, eólico, solar, geotérmico, da biomassa e do bio-gás e ainda de aproveitamento dos demais recursos naturais ou outros da região, nomeadamente através da participação e ou organização de eventos de promoção de produtos e serviços da região e, ainda, actividades de recolha, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos, de fornecimento e tratamento de água para abastecimento urbano e a recolha e tratamento de efluentes, a actividades de aferição metrológica de instrumentos de medição, e de medição de ruído, com vista à promoção do desenvolvimento económico da região ou da sua qualidade de vida.

A Empresa poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras actividades para além daquelas que constituem o seu objecto principal, quando consideradas acessórias ou complementares, designadamente, actividades de elaboração de estudos e projectos de engenharia e arquitectura, e de concepção, gestão e exploração de laboratórios para controlo da qualidade das águas e dos efluentes.

A Empresa, mediante deliberação da assembleia geral por unanimidade, poderá participar, originária ou derivadamente, em quaisquer outras sociedades ou entidades legais, ainda que com objecto social diferente, desde que em qualquer dos casos os fins prosseguidos se contenham no âmbito das atribuições municipais.”

2 — Referencial Contabilístico De Preparação Das Demonstrações Financeiras:

Para os exercícios até e incluindo o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a empresa preparou as suas demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano Oficial de Contas (POC). Decorrente da aprovação do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, as demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

3 — Principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Bases de Apresentação: As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Bases de Mensuração: As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico. As políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações

financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, e descritas nas respectivas notas anexas.

3.2 – As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

A – Activos fixos tangíveis:

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009, data da transição para as NCRF, encontram-se registados ao custo histórico, deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

Os terrenos não são amortizados.

Divulgações sobre activos fixos tangíveis.

a) Base de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações acumuladas, calculadas de acordo com a vida útil..

b) Métodos de depreciação usados;

As depreciações são calculadas tendo por base a quantia depreciável dos bens pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil e imputadas aos resultados do período numa base sistemática ao longo da vida útil do bem, a qual é determinada tendo em consideração o período esperado de utilização do activo.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o respectivo gasto possa ser mensurado com fiabilidade.



Os demais dispêndios com reparação e manutenção que não aumentem a vida útil dos activos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas;

As taxas de depreciação utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

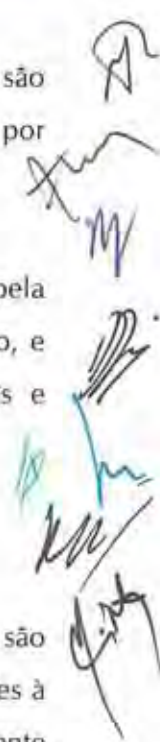
Designação	Anos	Taxa - %
Activo Fixo Tangível		
Edifícios e outras construções	10 a 50	10,00 a 2,00
Equipamento básico	8 a 16	12,50 a 6,25
Equipamento administrativo	8	12,50
Outras imobilizações corpóreas	10	10,00

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos activos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Perdas por Imparidade" da demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

Locações

Os contractos de locação são classificados como locações financeiras, quando são substancialmente transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo, ou como locações operacionais quando não são substancialmente transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.



Nos contratos de locação financeira o contrato é registado como um activo e passivo pelo menor entre o justo valor da propriedade locada e o valor actual das rendas vincendas. Os activos são subsequentemente depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os activos fixos tangíveis. A componente de gasto financeiro incluída na renda é imputada aos resultados do período a que respeita.

Os pagamentos efectuados no âmbito de uma locação operacional são reconhecidos como gasto numa base linear durante o prazo da locação.

B – Activos Intangíveis

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles fluam, para a empresa, benefícios económicos futuros, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Estes activos são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos, pelo método da linha recta, de uma forma consistente, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

O período de amortização e o método de amortização dos activos intangíveis com vida útil definida são revistos no final de cada período.

Actividades de concessão da empresa

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 - Contractos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de Março de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data.

No caso da EHATB, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor mencionada é o exercício de 2010, pelo que a empresa adoptou a IFRIC 12 para efeitos comparativos com referência a 1 de Janeiro de 2009. A IFRIC 12 é aplicável a contractos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infra-estruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infra-estruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infra-estruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como activos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os activos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contracto:

- Modelo do activo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infra-estruturas abrangidas pela concessão e resulta no registo de um activo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

- Modelo do activo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infra-estruturas (risco de procura afectas à concessão e resulta no registo de um activo intangível.

- Modelo misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infra-estruturas da concessão.

Os activos intangíveis afectos a concessões são amortizados de acordo com a respectiva vida útil durante o período da concessão.

A empresa procede a testes de imparidade relativamente aos activos intangíveis afectos a concessões sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

No negócio da EHATB, a IFRIC 12 é aplicável à concessão atribuída ao Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas, sendo aplicável o *"Modelo de Activo Intangível"*.

C— Investimentos Financeiros

As participações financeiras nas quais o grupo detenha mais de 20% dos direitos de voto, em Assembleia Geral de accionistas/Sócios e/ou detenha o poder de controlar ou influenciar significativamente as suas políticas financeiras e operacionais, encontram-se valorizadas pelo *Método da Equivalência Patrimonial*, em conformidade com a NCRF N.º 13. De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido pela diferença entre esse custo e a proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método por contrapartida de capitais próprios, na rubrica "Ajustamentos em Activos Financeiros". Adicionalmente, as participações financeiras são periodicamente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas, ou por outras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida de ganhos ou perdas financeiras ou de Ajustamentos em Activos Financeiros. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As participações financeiras em empresas nas quais o grupo detenha menos de 20% dos direitos de voto em Assembleia Geral de accionistas/Sócios e/ou não detenha o poder de controlar ou influenciar significativamente as suas políticas financeiras e operacionais, encontram-se contabilizadas ao custo de aquisição. Os rendimentos resultantes destas participações financeiras são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

D – Instrumentos Financeiros

Políticas contabilísticas:

É política da empresa reconhecer um activo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A empresa mensura ao custo, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento – a Euribor – ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

D₁ - Clientes e Contas a Receber

As contas a receber são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado activo. São originados quando a EHATB fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida. São incluídos nos activos correntes, excepto quanto a

maturidade superior a 12 meses após a data do balanço, sendo nesse caso classificados como activos não correntes.

Os saldos de clientes e outros activos correntes são mensuradas pelo valor nominal menos quaisquer perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado. Uma conta a receber encontra-se em imparidade quando existe evidência objectiva de que a empresa não irá receber os montantes em dívida tendo em conta as condições originais da conta a receber.

A perda por imparidade traduz-se na diferença entre a quantia escriturada e a quantia que se espera vir a ser recuperável. O montante da perda por imparidade apurado é reconhecido nos resultados do período quando existe evidência objectiva de que a quantia escriturada já não é recuperável.


D₂ - Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método directo. A Empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a actividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e



associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contractos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

D₃ - Outros activos financeiros

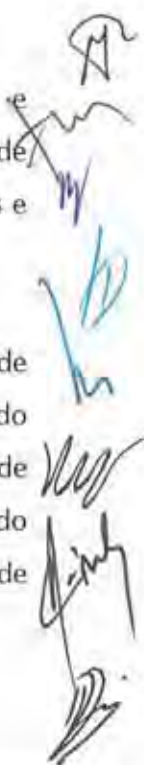
Os outros activos financeiros são reconhecidos pelo respectivo custo e desreconhecidos quando expiram os direitos de receber os respectivos fluxos de caixa ou quando a empresa transferiu para outra parte todos os riscos significativos e benefícios inerentes à posse do activo financeiro.

Em cada data de balanço a empresa verifica a existência de evidência objectiva de imparidade e reconhece qualquer perda por imparidade apurada nos resultados do período. Quando, subsequentemente, se verifica que a perda por imparidade diminuiu ou já não existe, a empresa procede à sua reversão nos resultados do período, excepto quando a perda por imparidade se relaciona com instrumentos de capital próprio, não sendo a reversão, nestas situações, permitida.

D₄ - Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos.

Os empréstimos são expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respectivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contractos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.



Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos obtidos, são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime de acréscimo

E - Regime do Acréscimo - Especialização de Exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo, "especialização dos exercícios". As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras Contas a Pagar", "Outras Contas a Receber" e/ ou "Diferimentos".

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de "Outros activos correntes", "Outros activos não correntes", "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes" são registados os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

F- Rédito

Os réditos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes e sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os réditos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

G- Subsídios do Governo

Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras.

Os Subsídios ao investimento não reembolsáveis, para financiamento de activos tangíveis e intangíveis são registados s no capital próprio da empresa, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados, como rendimentos, numa base sistemática proporcionalmente às depreciações/amortizações respectivas dos activos subsidiados.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos relacionados com os subsídios do Governo.

H- Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período engloba o imposto corrente e o imposto diferido.

O imposto corrente é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas directamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas "IRC", cuja taxa actual é de 12,5% para matéria colectável até 12.500 € e de 25% para o excedente. Ao abrigo da al. a) do nº 1 do artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, benefícios fiscais relativos à interioridade, a empresa tem vindo a beneficiar da redução da taxa geral, para uma taxa reduzida de 15%. O montante do imposto assim determinado, está sujeito à "regra de minimis" definida no Regulamento (CE) n.º 1998/2006, da Comissão, de 15 de Dezembro. Para o exercício de 2011, as condições de acesso a esse benefício foram definidas pela portaria 70/2011, de 9 de Fevereiro.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas, por um período de quatro anos, a eventuais correcções por parte da Administração Fiscal, (cinco anos para a segurança social).

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamentos, podem ser deduzidos aos lucros fiscais nos 4 anos seguintes,

[Handwritten notes and signatures in blue and black ink on the right margin, including a checkmark and several illegible signatures.]

É convicção da Gerência, que eventuais correcções resultantes da revisão/inspecção, por parte da Administração Tributária, à situação fiscal e parafiscal da Empresa em relação aos exercícios em aberto não terão um efeito material nas demonstrações financeiras.

I – Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, no período em que os dividendos são aprovados pelos accionistas e até ao momento da sua liquidação.

J - Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados, também, como não correntes.

K – Reservas

Reserva Legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

O nº 2 do artigo 30º da Lei 53-F/2006, que aprovou o regime jurídico do SEL determina que: *"á constituição da reserva legal deve ser afectada uma dotação anual não inferior a 10% do resultado líquido do exercício deduzido da quantia necessária á cobertura de prejuízos transitados"*.

L — Eventos Subsequentes:

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3 — Na preparação das demonstrações financeiras anexas, preparadas de acordo com as NCRF, não foram efectuados juízos de valor, nem utilizados pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Não estão previstas quebras de actividade nem alterações que envolvam risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o próximo ano.

O Conselho de Administração considera que as decisões tomadas e as escolhas por si efectuadas foram as mais apropriadas, em relação a eventuais alternativas existentes aos tratamentos contabilísticos que foram adoptados pela Empresa.

Nessas circunstâncias, as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos considerados materialmente relevantes.

4 — Fluxos de caixa:

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a seis meses).

O montante apresentado em caixa e depósitos bancários decompõe-se do seguinte modo:

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Caixa		
Numerário	289,31	2.566,57
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	13.018,32	16.448,49
Outros depósitos bancários	895.000,00	200.000,00
Caixa e depósitos bancários	908.307,63	219.015,06

5 — Vendas e Serviços Prestados

O volume de negócios da Empresa para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, foi o seguinte:

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Vendas	4.153.770,19	4.815.526,68
Prestação de Serviços	352.247,47	370.910,02

As vendas compreendem os montantes facturados na venda de electricidade à "EDP", a prestação de serviços referem-se aos serviços prestados de apoio administrativo e técnico a empresas participadas, líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large signature at the top and several initials below it.]

6 – Custo das Matérias Consumidas

O apuramento desta rubrica resulta do seguinte:

	31-12-2011	31-12-2010
Inventários Iniciais	16.253,80	16.253,80
Compras	4.126,25	
Reclassificação e Regularização de Inventários	-252,00	
Inventários Finais	18.179,80	16.253,80
CMVMC	1.948,25	0,00

7– Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe da rubrica " Fornecimentos e Serviços Externos " em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é o Seguinte:

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Serviços Especializados	708.471,45	873.723,79
Auditoria	39.259,00	41.190,00
Assessoria Técnica	11.250,00	34.493,10
Consultoria	19.750,00	
Publicidade e propaganda	484.557,80	673.562,56
Honorários	48.812,22	64.376,69
Conservação e reparação	74.295,36	35.211,91
Outros	30.547,07	24.889,53
Materiais	5.304,06	10.783,00
Energia e Fluidos	51.291,27	65.293,13
Deslocações e Estadas	7.994,95	61.847,99
Serviços Diversos	510.497,75	688.672,23
Rendas e alugueres	314.125,82	500.151,86
Comunicação	24.846,23	20.292,17
Seguros	80.889,38	62.925,57
Despesas de Representação	18.228,73	28.728,01
Montagens e Desmontagens	69.711,12	73.156,08
Outros	2.696,47	3.418,54
Diversos		
Total FES	1.283.559,48	1.700.320,14

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.]

Em Dezembro de 2011 os custos com fornecimentos e serviços externos ficaram cerca de 24% abaixo do período homólogo.

8 – Gastos com o Pessoal

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Remunerações	391.942,00	649.802,98
Orgãos sociais	64.313,02	285.424,55
Pessoal	327.628,98	364.378,43
Encargos sobre remunerações	85.363,35	87.371,25
Seguros de acidentes no trabalho	5.408,22	6.119,56
Outros gastos com o pessoal	39.208,16	38.145,16
Total	521.921,73	781.438,95

Em Dezembro de 2011 os custos com pessoal ficaram cerca de 33,2% abaixo do período homólogo.

Para o desvio registado contribuiu a aplicação da Lei 55-A/2010, bem como a actualização da rubrica gastos a reconhecer referentes a férias e subsídio de férias a pagar no próximo ano.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de Dezembro de 2011 foi de:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Número médio de empregados	18	21
Número de empregados no final do ano	23	19

9 – Outros Rendimentos e Ganhos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Outros rendimentos e ganhos	2.488.390,12	2.966.846,90
Empresas Participadas – MEP	8.071.884,93	3.888.246,96
Subsídios ao Investimento	2.482.992,22	2.421.818,93
Outros	3.943,97	45.774,05

O valor registado em “Subsídios ao Investimento” refere-se ao reconhecimento em resultados do período dos subsídios ao investimento recebidos, conforme detalhe apresentado na nota 23.4.

O valor registado em “Outros” inclui 2.856 € relativos a restituição de impostos e 2.532 € relativos a correcções do exercício anterior.

O valor registado em, “Empresas Participadas – MEP” respeita ao reconhecimento da quota-parte, na proporção dos resultados gerados pelas empresas participadas no exercício de 2011, que são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. E apresenta o seguinte detalhe:

Denominação	Ganhos
Investimentos em Subsidiárias	1.242.654,10
EEA - Emp. Eólico de Alvalá	909.446,70
Eólica de Atilhó	59.269,75
Eólica de Barbadães	13.688,39
Eólica do Leiranco	20.874,19
Eólica da Serra de Mairos	239.375,07
Investimentos em Associadas	1.094.732,30
ATBERG	8.366,30
Eólica da Padrela	25.020,06
Eólica do Barroso	21.163,83
Eólica da Serra das Alturas	315.502,73
Eólica de Montenegro	716.125,38
Emp. Eólico de Viade	8.554,00
Total	2.337.386,40

10 – Outros Gastos e Perdas

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Donativos	1.124.000,00	1.069.125,00
Quotizações	5.239,00	28.739,00
Protocolos	31.350,00	31.350,00
Outros	12.890,17	8.730,89
Total do Passivo	1.173.479,17	1.137.944,89

A rubrica “ Donativos” inclui os donativos que por deliberação do Conselho de Administração foram atribuídos a Municípios, Juntas de Freguesia, Associações Desportivas, Culturais e outras entidades, da Região do Alto Tâmega.

A rubrica “Outros” inclui impostos e taxas no montante de 6.517,74 €.

11 – Rendimentos e Gastos Financeiros

Total de rendimento e gasto de juros para activos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Rendimentos e Ganhos Financeiros	15.600,40	15.003,89
De depósitos Bancários	14.648,54	14.562,51
De financiamentos Concedidos a Subsidiárias	951,86	441,38
Gastos e Perdas Financeiros	184.040,34	152.735,18
De Juros e gastos similares de empréstimos obtidos	165.055,83	139.086,13
De Juros de Contratos de Locação Financeira	989,10	1.098,38
De Outros Encargos Financeiros	17.995,41	12.550,67

Os rendimentos e ganhos financeiros, incluem os juros obtidos decorrentes de aplicações financeiras e financiamentos concedidos a associadas.

Os gastos e perdas financeiros incluem os juros, comissões, imposto de selo e outros gastos, afectos aos empréstimos obtidos.

Os gastos financeiros aumentaram comparativamente com 2010, essencialmente pelo aumento considerável das taxas de juros, apresentando hoje taxas efectivas que se aproximam dos 2,3%, (1,8% em 2010)

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

12 — Impostos sobre o rendimento:

12.1 — Divulgação separada dos principais componentes de gasto de impostos:

Reconciliação do Imposto a Pagar	PERÍODOS	
	31-Dez-2011	31-Dez-2010
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO	3.178.101,57	3.714.772,21
Variações Patrimoniais Positivas		23.093,29
Variações Patrimoniais Negativas	-26.073,95	-26.073,95
Acréscimos à matéria colectável	38.698,97	16.936,38
Deduções à matéria colectável	-2.748.400,83	-3.178.761,79
Dedução de Prejuízos Fiscais	-204.204,88	-549.966,14
Matéria Colectável	238.120,88	0,00
Imposto (15%)	35.718,13	
Resultado da Liquidação	93.523,47	50.385,45
Imposto Corrente	129.241,60	50.385,45
Tributação Autónoma	8.939,32	8.423,79
Imposto sobre o Rendimento do Período	138.180,93	58.809,24

O IRC devido é genericamente calculado sobre a matéria colectável apurada, por aplicação àquela da taxa de IRC (colecta), com subsequente dedução e acréscimo de determinados valores decorrentes da Lei (e.g. anulação dos efeitos do MEP por dedução ou acréscimo à colecta), para quantificação do imposto a pagar ou a recuperar, operações que são demonstradas no quadro acima.

12.2 – Reconciliação dos Impostos Diferidos:

Em 31 de Dezembro de 2011, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	Saldo em 31-Dez-2010	Varição no Período	Saldo em 31-Dez-2011
Desreconhecimento de Activos na Transição PDC / SNC	26.073,95	6.518,49	19.555,46
Impostos Diferidos Activos	26.073,95	6.518,49	19.555,46
Em Subsídios	620.255,08	36.384,88	583.870,20
Impostos Diferidos Passivos	620.255,08	36.384,88	583.870,20
	594.181,13	29.866,39	564.314,74

12.3 – A reconciliação da taxa efectiva de IRC, em 2011 e 2010 é analisada como segue:

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Matéria Colectável (Após regularizações)	238.120,88	0,00
Imposto Corrente + Tributações Autônomas	138.180,93	58.809,24
Impostos Diferidos	-29.866,39	-31.021,05
Imposto sobre o Rendimento do Período	108.314,54	27.788,19
Taxa Efectiva de Imposto	3,30%	0,75%

13 – Activos Fixos Tangíveis

13.1 — No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, o movimento ocorrido nas rubricas dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Activo Bruto	Saldo Inicial 31-Dez-10	Aquisições	Transferências e Abates	Saldo Final 31-Dez-11
Terrenos	59.183,03			59.183,03
Edifícios	400.732,07			400.732,07
Equip. básico	102.184,30			102.184,30
Equip. transporte	119.563,00			119.563,00
Equip. administrativo	232.177,87	7.391,62		239.569,49
Outros Activos Fixos Tangíveis	161.956,54	652,89		162.609,43
Outros Activos Fixos Tangíveis-Leasing	105.966,44			105.966,44
Total	1.181.763,25	8.044,51	0,00	1.189.807,76

As aquisições do período respeitam, essencialmente, a equipamento informático.

Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo Inicial 31-Dez-10	Depreciações no Período	Transferências e Abates	Saldo Final 31-Dez-11
Terrenos				0,00
Edifícios	97.447,79	15.175,28		112.623,07
Equip. básico	100.197,81	1.147,20		101.345,01
Equip. transporte	94.055,46	12.753,76		106.809,22
Equip. administrativo	198.754,31	17.500,65		216.254,96
Outros	97.261,82	16.583,28		113.845,10
Outros - Leasing	35.308,02	17.654,00		52.962,02
Total	623.025,21	80.814,17	0,00	703.839,38

A Empresa possui activos fixos tangíveis em regime de locação financeira cujo contracto compreende uma opção de compra no final do mesmo.

A quantia escriturada dos activos detidos através de contracto de locação financeira em 31 de Dezembro de 2011, era o seguinte:

Descrição dos Bens	Locador	Valor contrato	Início	Fim	Período	Valor opção de compra	Valor líquido contabilístico
Varredora Ravo S40 CD	Cx Leasing	105.966,44	01-03-2009	28-02-2013	48	2.119,33	33.117,84

14 - Activos Intangíveis

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, o movimento ocorrido nas rubricas dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Activo Bruto	Saldo Inicial 31-Dez-10	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31-Dez-11
Propriedade Industrial	13.100.519,08				13.100.519,08
Total	13.100.519,08	0,00	0,00	0,00	13.100.519,08

Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	Saldo Inicial 31-Dez-10	Amortizações no Período	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31-Dez-11
Propriedade Industrial	6.495.724,70	586.143,56			7.081.868,26
Total	6.495.724,70	586.143,56	0,00	0,00	7.081.868,26

15 – Investimentos Financeiros

15.1 – As participações detidas directamente pela EHATB, que a seguir se indicam, integram as contas da empresa, sendo valorizadas pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, a percentagem que a Empresa detém nos resultados de cada participada gerados anualmente, são reconhecidos directamente nos resultados da Empresa em cada exercício.

A percentagem de participação, o valor dos capitais próprios, e o valor do resultado líquido, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são os seguintes:

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large signature at the bottom right.]

	2011			2010		
	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Investimentos em Subsidiárias		10.064.950,59	2.140.522,88		10.143.922,00	2.499.209,00
EEA - Empreendimento Eólico de Alvalá	52%	7.665.185,90	1.748.935,95	52%	7.628.426,00	2.049.615,00
Eólica de Atilhó	50%	545.147,55	118.539,50	50%	580.748,00	142.546,00
Eólica de Barbadães	100%	315.837,97	13.688,39	100%	365.350,00	51.547,00
Eólica do Leiranco	100%	290.819,07	20.874,19	100%	305.145,00	21.479,00
Eólica da Serra de Mairos	100%	1.242.387,68	239.375,07	100%	1.264.753,00	254.022,00
Hidrolouredo	100%	5.572,42	-890,22	100%		
Hidroeléctrica de Daiões	40%			40%		
Investimentos em Associadas		13.011.192,88	2.246.536,46		11.014.404,00	2.833.565,28
ATBERG	40%	2.347.388,17	20.915,74	40%	2.341.472,00	452.992,28
Eólica da Padrela	40%	322.942,80	62.550,14	40%	345.788,00	74.588,00
Eólica do Barroso	40%	315.294,91	52.909,58	40%	339.365,00	65.810,00
Eólica da Serra das Alturas	49,9%	3.190.383,00	632.270,00	49,9%	2.550.113,00	664.394,00
Eólica de Montenegro	49,9%	6.529.774,00	1.435.121,00	49,9%	5.094.653,00	1.512.519,00
Empreendimento Eólico de Viade	20%	305.410,00	42.770,00	20%	354.998,00	63.267,00
Total		23.076.143,47	4.387.059,34		21.158.326,00	5.332.774,28

15.2 – Os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

	Saldo em 31-12-2010	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2011
Investimentos em Subsidiárias	6.201.601,39	1.250.741,88	-1.337.244,69	6.115.098,58
EEA - Empreendimento Eólico de Alvalá	3.966.781,52	909.446,65	-890.331,51	3.985.896,66
Eólica de Atilhó	290.124,45	67.357,60	-84.908,27	272.573,78
Eólica de Barbadães	365.350,00	13.688,37	-63.200,40	315.837,97
Eólica do Leiranco	305.145,00	20.874,19	-35.200,12	290.819,07
Eólica da Serra de Mairos	1.264.753,00	239.375,07	-261.740,39	1.242.387,68
Hidrolouredo	9.447,42		-1.864,00	7.583,42
Hidroeléctrica de Daiões				
Investimentos em Associadas	5.108.562,34	1.095.776,06	-83.997,64	6.120.340,76
ATBERG	936.588,91	8.366,30	-5.999,94	938.955,27
Eólica da Padrela	138.313,34	26.063,79	-35.200,01	129.177,12
Eólica do Barroso	135.754,10	21.163,83	-30.799,97	126.117,96
Eólica da Serra das Alturas	1.276.498,39	315.502,76		1.592.001,15
Eólica de Montenegro	2.542.231,85	716.125,38		3.258.357,23
Hidrocentrais de Mosteirão	11.426,15			11.426,15
Empreendimento Eólico de Viade	66.999,60	8.554,00	-11.997,72	63.555,88
Probiomassa	750,00			750,00
Total	11.310.163,73	2.346.517,94	-1.421.242,33	12.235.439,34

Os Aumentos do período resultam de:

- Movimentação contabilística decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras detidas nas empresas Subsidiárias e Associadas. Tal valorização atende, nomeadamente, aos reconhecimentos dos resultados líquidos do ano em apreço.

As diminuições ocorridas no período resultam essencialmente:

- Da atribuição de Dividendos atribuídos, e outras variações nos capitais próprios das participadas ocorridas no ano em apreço.

16 – As participações detidas directamente pela EHATB, que a seguir se indicam, integram as contas da empresa, pelo respectivo custo de aquisição.

	Saldo em 31-12-2010	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2011
Investimentos em Outras Empresas	715.977,14	997,41	0,00	716.974,55
Águas Trás-os-Montes e Alto Douro	448.918,00			448.918,00
Chaves Parque	2.500,00			2.500,00
MARC - Mercado Abastecedor de Chaves	12.000,00			12.000,00
Dourogás	9.583,45			9.583,45
Município	6.400,24	997,41		7.397,65
Sonorgás	9.583,45			9.583,45
Resinorte, SA	226.992,00			226.992,00
Total	715.977,14	997,41	0,00	716.974,55

Os Aumentos do período resultam de:

- Transferência para a Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., a título de “cobertura de prejuízos”, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 31.º da Lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro (997,41 €).

17 – Outros Activos Financeiros

	Saldo em 31-12-2010	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2011
Empréstimos Concedidos	595.200,00			583.200,00
ATBERG	460.000,00			460.000,00
Hidrocentrais de Mosteirão	100.000,00			100.000,00
Empreendimento Eólico de Viade	35.200,00		-12.000,00	23.200,00
Investimentos Financeiros em Curso	595.200,00	0,00	0,00	583.200,00
A. H. de Daivões	530.394,29			530.394,29
Total	1.125.594,29	0,00	-12.000,00	1.113.594,29

A rubrica "Investimentos Financeiros em Curso" inclui:

Aquisição das quotas da sociedade "Hidroeléctrica de Cavês, Lda" cuja denominação foi posteriormente alterada para "Hidroeléctrica de Daivões, Lda", detentora da licença necessária à construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Daivões por 500.000 €, a que acrescem prestações suplementares e suprimentos efectuados. (INFORM 23)

18 – Inventários

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 e, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Materiais diversos	18.179,86	16.253,80
	18.179,86	16.253,80

19 – Clientes

O detalhe da rubrica de "Clientes" em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é o seguinte:

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Clientes	748.877,22	1.446.030,05
EDP	680.760,98	1.369.028,09
Município de Ribeira de Pena	27.464,69	22.346,28
Empresas Subsidiárias	29.813,21	44.395,25
Empresas Associadas	10.838,34	10.260,43

20 – Accionistas /Sócios

O detalhe da rubrica de "Accionistas/Sócios" em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é o seguinte:

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Accionistas	105.391,14	1.221,14

Esta rubrica inclui:

O debito de 1 euro (um euro) titulado pela "Hidrolouredo, Lda" e corresponde ao valor de aquisição de créditos no montante de 27.005 € e de prestações suplementares no montante de 3.586 €.

- O debito de 100.000 € é referente a lucros atribuídos, de participadas, por liquidar a 31 de Dezembro.

21 – Outras Contas a Receber

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Outras Contas A Receber	113.706,44	3.057,24
Devedores diversos	109.917,15	
Cauções - E. N. + Selda	2.781,29	
Adiantamentos ao Pessoal - Seg. Saúde	1.008,00	

A rubrica "Outras Contas a Receber" inclui o valor pago à Administração Fiscal em resultado da acção inspectiva externa, efectuada ao exercício de 2008 em sede de IVA, que de acordo com a A. F foi deduzido indevidamente. *(nota 33.2)*

22 – Diferimentos

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Diferimentos - Gastos a Reconhecer	563.463,20	552.553,18
Seguros	29.246,31	29.246,31
Procedimento de Quitação/Extinção	160.714,40	160.688,00
Administração e manutenção	148.000,00	148.000,00
Outros		113.618,87
Outros	187.502,49	52.000,00

- a) Em “Protocolos de contrapartidas” estão contabilizados valores a reconhecer em gasto dos próximos exercícios referentes a contrapartidas financeiras, atribuídas aos Municípios, em resultado da renúncia à prossecução da actividade de produção de energia conforme contractos programa celebrados em 2007. O valor diferido teve em conta o período de vida útil de 25 anos para cada um dos Parques Eólicos instalados e do Empreendimento Hidroeléctrico de Bragadas.
- b) Em “Contractos de cessão de exploração” estão contabilizadas as rendas, já pagas, a diversas juntas de freguesia e concelhos directivos a reconhecer em gasto dos próximos exercícios, conforme contractos de cessão de exploração celebrados, com vista ao estudo de potencial eólico. O valor diferido teve em conta o período de três anos.



23 – Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2011 o capital social da EHATB encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 180.000 acções com o valor nominal de 5 €, é detido pelas entidades de acordo com o seguinte detalhe:

	%	Nº de Acções	Valor
Município de Boticas	16,66	30	150.000 €
Município de Chaves	16,66	30	150.000 €
Município de Montalegre	16,66	30	150.000 €
Município de Ribeira de Pena	16,66	30	150.000 €
Município de Valpaços	16,66	30	150.000 €
Município de Vila Pouca de Aguiar	16,66	30	150.000 €
TOTAL	100	180	900.000 €

A 31 de Dezembro de 2011, o capital próprio da empresa apresentava a seguinte composição:

CAPITAL PRÓPRIO	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital Social	900.000,00			900.000,00
Reservas:	573.075,26			942.075,26
Reservas legais	442.832,18	369.000,00		811.832,18
Reservas Livres	130.243,08			130.243,08
Resultados Transitados	2.238.050,18	3.686.984,00	3.427.410,58	2.497.623,60
Ajustamentos em Activos Financeiros	4.756.133,90	1.373.621,67		6.129.755,57
Outras Variações nos Capitais Próprios	1.860.764,89		109.154,27	1.751.610,62
Resultado Líquido do Exercício	3.686.984,06	3.069.787,03	3.686.984,06	3.069.787,03
TOTAL	14.015.008,29	8.499.392,70	7.223.548,91	15.290.852,08

23.1 – Reserva Legal

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

No cumprimento nº 2 do artigo 30º da Lei 53-F/2006 , a EHATB , dotou esta rubrica de 369.000 € que correspondem a 10% do valor do resultado líquido de 2010 .

23.2 - Reservas Livres

Correspondem a reservas para distribuição aos accionistas, constituídas através da transferência de resultados de exercícios anteriores.

23.3 – Resultados Transitados

As variações ocorridas nesta rubrica, referem-se essencialmente a:

- i) Transferência do resultado líquido do exercício de 2010 no montante de 3.686.984 €;
- ii) Aplicação de resultados conforme acta de aprovação de contas de 31 de Maio de 2011: distribuição de dividendos - 765.000 €, reserva legal – 369.000 €;
- iii) Distribuição extraordinária de dividendos no montante de -765.000, por deliberação dos accionistas, em assembleia geral de 14 de Setembro de 2011;
- iv) Transferência para a rubrica “Ajustamentos em Activos Financeiros” dos lucros das participadas registados em 2010 e não atribuídos, no montante de -1.505.341 €;



23.4 – Outras Variações nos Capitais Próprios

Subsídios Relacionados Com Activos	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Balanço		
Subsídios Reconhecidos no Capital	2.335.480,82	2.481.020,34
Passivos Por Impostos Diferidos	583.870,20	620.255,08
Posição no Final do Período	1.751.610,62	1.860.765,26
Demonstração de Resultados		
Imputação de Subsídios Para Investimentos	145.539,52	145.539,52
Impostos Diferidos	36.384,88	36.384,88

O quadro acima traduz a diminuição da quota-parte dos subsídios decorrentes do reconhecimento na demonstração de resultados “Outros Rendimentos e Ganhos” à medida que são reconhecidas as depreciações dos bens subsidiados, bem como a regularização do imposto diferido associado.

24 – Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a dívida corrente e não corrente detalha-se como segue:

Compromisso de empréstimos obtidos mensurados ao custo menos imparidade.

	Início	Fim	31-Dez-2011		31-Dez-2010	
			Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente
Empréstimos Bancários						
CGD MLP 1	2003	2018	5.248.221,39	954.222,06	6.202.443,45	954.222,06
Caixa Lesing	2009	2012		33.117,84	25.967,38	59.085,22

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de Dezembro de 2011.

Os empréstimos obtidos representam o recurso ao crédito, a longo prazo, para financiamento da construção do A. H. de Bragadas e outros investimentos, assim distribuído:

CGD – 10.973.554 € - Empréstimo de Médio e Longo Prazo.

Em 2005 foram renegociados os empréstimos existentes, para um montante global de 11.586.537 € em duas linhas de crédito, uma já totalmente saldada e outra de 10.973.554 € com prazo de 13 anos (até Abril de 2018), dos quais dois foram de carência. A amortização deste empréstimo teve início em Abril de 2007 amortizando anualmente 954.222€, em duas prestações semestrais, sendo remunerado à Euríbor a 6 meses, em vigor na data do início de contagem de juros, acrescida de um spread de 0,08%;

O valor em débito à caixa Leasing, refere-se à aquisição duma varredora "RAVO" a que se refere a nota 13.2.

25 – Outras Contas a Pagar – Não Corrente

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Hidroeléctrica de Daivões	450.000,00	450.000,00
Pro-Biomassa	750,00	750,00
Total	450.750,00	450.750,00

Esta rubrica refere-se ao valor a pagar pela aquisição das quotas da Hidroeléctrica de Daivões cujo valor ascendeu a 500.000 €, e à subscrição de quotas (15%) da sociedade "Probiomassa – Biomassa, Lda."

Relativamente à "Hidroeléctrica de Daivões, Lda", de acordo com o contracto de cessão de quotas de 01/02/2006, este valor (450.000 €) deverá ser pago em três prestações:

- A primeira, no valor de setenta e cinco mil euros, será paga até trinta dias após o início da obra de construção do aproveitamento hidroeléctrico de Daivões ou, caso estas não tenham sido iniciadas, seis meses após a emissão da licença de construção das infra-estruturas hidráulicas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Zona Norte, ou o mais tardar dezoito meses após a passagem do despacho liminar;

- A segunda, no valor de cento e vinte e cinco mil euros, será paga até trinta dias após a conclusão da obra, ou seja com o primeiro paralelo do aproveitamento, ou o mais tardar até trinta e seis meses após a emissão da licença de construção das infra-estruturas hidráulicas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Zona Norte, ou quarenta e oito meses após a passagem do despacho liminar;

- A terceira, no valor de duzentos e cinquenta mil euros, será paga durante os primeiros cinco anos de exploração, em anuidades iguais de cinquenta mil euros cada, vencendo-se a primeira decorridos doze meses do primeiro paralelo e as seguintes de ano a ano.

A quantia em dívida não vence juros.

26 – Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rubrica “Fornecedores” apresentava o seguinte detalhe:

	31-Dez-11	31-Dez-2010
Fornecedores Conta Corrente	54.967,43	59.826,97

27 – Estado e Outros Entes Públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é o seguinte:

	31-Dez-2011	31-Dez-2010
Imposto sobre rendimento das pessoas singulares	5.125,39	23.960,08
Imposto sobre o Valor Acrescentado	217.066,47	11.233,17
Contribuições para a Segurança social	10.175,57	9.362,39
Imposto sobre rendimento das pessoas colectivas	115.660,50	58.252,23
Total do Passivo	348.027,93	102.807,87

28 – O detalhe das rubricas " Outras Contas a Pagar" em 31 de Dezembro de 2011 é o seguinte:

	31-Dez-11	31-Dez-2010
Outras Contas a Pagar	84.079,39	116.521,46
Saldo em dívida de fornecedores	10.711,20	7.343,08
Saldo em dívida de terceiros	29.271,40	32.706,49
Outros	44.096,79	76.471,89

A Rubrica "Outros" compreende o remanescente dos montantes a pagar às juntas de freguesia de Santa Marinha, Santo Aleixo e Gondães decorrente do reconhecimento do valor das rendas de produção do A. H. de Bragadas.

29 – Divulgações Exigidas Por Diplomas Legais

Neste exercício, a empresa beneficiou ao abrigo da al. a) do nº 1 do artigo 43º do EBF "Benefícios Fiscais Relativos à Interioridade", da redução de taxa de IRC para 15%, que resultou numa diminuição do imposto (IRC) no montante de 84.754,82 € (oitenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e dois cêntimos).

Art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais

Em cumprimento do art.º 66.ºA do Código das Sociedades Comerciais, divulgamos no seguinte quadro os honorários facturados pelos revisores oficiais de contas da Empresa:

Honorários facturados pelos revisores oficiais de contas	31-Dez-11	31-Dez-2010
Revisão legal das contas	15.000,00	15.000,00
Consultoria fiscal	20.000,00	20.000,00
Totais	35.000,00	35.000,00

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade EHATB, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efectuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas. Também não foram celebrados quaisquer contractos entre a sociedade e os seus administradores, directamente ou por pessoa interposta. Excepto para o administrador executivo, os administradores não são remunerados.

Art.º 324 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade EHATB, S.A., não possui quaisquer acções próprias nem efectuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21 do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de Setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da empresa ao sector público empresarial nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2011, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a Dezembro, e cujo pagamento é efectuado em Janeiro do ano seguinte.

30 – Compromissos Financeiros Assumidos, Não Incluídos no Balanço.

A fim de garantir o Empréstimo bancário de longo prazo foi dado pelos Accionistas, como garantia à CGD, a penhora das Acções por eles detidas, bem como o compromisso de não distribuir dividendos em caso de uma autonomia financeira, inferior a 20% nos dois primeiros anos, (até 2006), e 25% nos restantes.

31 – Descrição das responsabilidades da empresa por garantias prestadas.

Por exigência processual de diversas entidades, parcialmente financiadoras dos investimentos que a empresa está a levar a cabo, foram solicitadas a entidades bancárias as seguintes garantias:

- Município de Ribeira de Pena - 3.600 €

A fim de garantir o valor de 5% do valor adjudicado pelo Município de Ribeira de Pena relativamente à “Gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do rio Alvadia”. Desde 1995.

- Direcção Geral de Energia e Geologia - 573.618 €

Para garantir, até ao valor de 5% do montante global do investimento, a execução das obras hidráulicas e da central destinadas ao A. H. de Bragadas.

32 – Outros Assuntos

32.1 – Partes Relacionadas

Movimentos ocorridos em 2011 nas diferentes rubricas relacionadas com Subsidiárias e Associadas:

Denominação	Lucros Atribuídos	Lucros N/Atribuídos	Ajustamentos em Capitais Próprios
Investimentos em Subsidiárias	1.215.800,00	236.408,55	-116.119,80
EEA - Emp. Eólico de Alvadia	852.800,00	212.999,60	-37.531,51
Eólica de Atilhó	75.000,00	4.360,85	-9.908,27
Eólica de Barbadães	48.000,00	3.546,99	-13.200,40
Eólica do Leiranco	20.000,00	1.478,86	-13.199,98
Eólica da Serra de Mairos	220.000,00	14.022,25	-41.740,64
Hidrolouredo			-539,00
Investimentos em Associadas	68.397,72	1.268.933,14	-18.074,00
ATBERG		181.196,91	-5.999,94
Eólica da Padrela	30.400,00	476,93	-4.800,01
Eólica do Barroso	26.000,00	324,03	-4.799,97
Eólica da Serra das Alturas		331.532,61	
Eólica de Montenegro		754.746,98	
Emp. Eólico de Viade	11.997,72	655,68	-2.474,08
Total	1.284.197,72	1.505.341,69	-134.193,80

Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including 'Jun', 'M', 'L', 'P', 'R', and 'M'.

Em 31 de Dezembro a contabilidade expressava os seguintes Saldos:

Denominação	Outras Operações	Cientes C/C	Total
Investimentos em Subsidiárias	95.391,14	29.813,21	124.119,35
EEA - Emp. Eólico de Alvalá		20.770,86	20.770,86
Eólica de Atilhó		3.274,52	3.274,52
Eólica de Barbadães		924,32	924,32
Eólica do Leiranco	22.000,00	923,36	22.923,36
Eólica da Serra de Mairos	70.000,00	3.920,15	73.920,15
Hidrolouredo	2.306,14		2.306,14
Hidroeléctrica de Daiões	1.085,00		
Investimentos em Associadas	10.000,00	10.838,34	20.838,34
ATBERG		9.216,30	9.216,30
Eólica da Padrela		438,97	438,97
Eólica do Barroso	10.000,00	746,47	10.746,47
Emp. Eólico de Viade		436,60	436,60
Total	105.391,14	40.651,55	144.957,69

32.2 – Activos e Passivos Contingentes

No âmbito do processo nº 220.10.01 da Direcção de Finanças de Vila Real, a empresa foi objecto de uma acção inspectiva tributária, iniciada em 25.06.2010 e concluída em 09.11.2010, relativa ao exercício de 2008, o que deu origem a um projecto de relatório da inspecção tributária em que se referenciam ajustamentos à matéria colectável desse exercício, no montante de 1.865.107,75 €, bem como correcções ao IVA considerado como dedutível, no montante de 124.608,02 €.

A empresa exerceu o direito de audição em 29 de Novembro de 2010, manifestando o seu desacordo quanto às conclusões contidas no referido relatório.

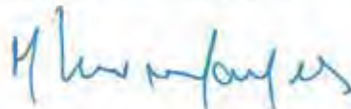
Uma vez que as razões, expressas não tiverem acolhimento, por parte da Administração Tributária, e a Administração considera que a fundamentação apresentada pela

Administração Tributária não justifica tais ajustamentos nem as respectivas conclusões do relatório, foi iniciado o competente processo de reclamação graciosa.

Consequentemente, por não ser devida, não foi constituída qualquer provisão para tal situação, nem se encontra expressa qualquer responsabilidade desta natureza nas demonstrações financeiras em apreço.

Chaves, 30 de Abril de 2012.

A Técnica Oficial de Contas



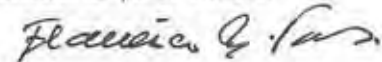
Maria Leonor Ferreira Marques

A Administração

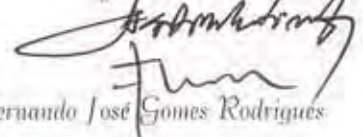


João Gonçalves Martins Batista,

Francisco Baptista Tavares



Agostinho Alves Pinto




Fernando José Gomes Rodrigues

Fernando Pereira Campos



Domingos Manuel Batista Dias



(TOC 40235)

Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC
Sede: Av. do Brasil, 15 1º 1749-112 LISBOA
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952
Rua da Saúde, 132-3º 4150-662 PORTO
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a actividade da **EMPREENHIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, S.A.**, durante o exercício de dois mil e onze, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o relatório de gestão e as contas do exercício. Emitimos a certificação legal das contas e o relatório sobre a fiscalização efetuada, documentos que aqui se dão por reproduzidos.

Tal como se refere no relatório de gestão, bem como no relatório sobre a fiscalização efetuada, de acordo com parecer da Direcção Geral das Autarquias Locais, datado de 1 de abril de 2011, a Empresa integra o Setor Empresarial Local. Nestas circunstâncias, torna-se necessário proceder às respetivas adaptações e fazer cumprir o estabelecido na Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro.

Tudo considerado, somos de parecer que Assembleia Geral Anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2011, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Ribeira de Pena, 30 de abril de 2012

O Fiscal Único

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)



Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **EMPREENHIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÁMEGA E BARROSO, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011, (que evidencia um total de balanço de 23.048.108 Euros e um total de capital próprio de 15.290.852 Euros, incluindo um resultado líquido de 3.069.787 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **EMPREENHIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, S.A.**, em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

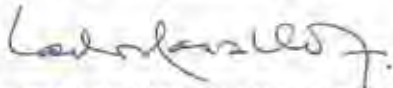
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASE

9. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, observamos que, conforme divulgado na nota 32.2 do anexo às demonstrações financeiras, na sequência de uma ação inspetiva tributária que incidiu sobre o exercício de 2008, resultou uma proposta de ajustamentos à matéria coletável de IRC e correções ao IVA dedutível desse exercício. O Conselho de Administração considera não existirem razões para os ajustamentos propostos bem como para as correções efetuadas pela Administração Fiscal, pelo que não foi expressa nas contas qualquer responsabilidade daí decorrente.

Ribeira de Pena, 30 de abril de 2012



PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)



Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC
Sede: Av. do Brasil 15-1º 1749-012 LISBOA
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952
Rua da Saúde, 132-3º 4150-662 PORTO
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477

Exma. Administração da

EMPREENHIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, S.A.

Assunto: **Relatório sobre a fiscalização efetuada**

Ribeira de Pena, 30 de abril de 2012

1. Procedemos à revisão legal da Empresa e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem de Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame, emitimos a respetiva certificação legal das contas nesta data.
2. De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:
 - 2.1. Acompanhamento da gestão da Empresa, através da participação em reuniões havidas com a Administração e outros responsáveis e da leitura de atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
 - 2.2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Empresa e que se encontram divulgadas no anexo.
 - 2.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - 2.4. Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Inspeção física dos principais elementos dos ativos fixos tangíveis, confirmação direta da titularidade de bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens;
 - b) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela Empresa; nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;

- c) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Empresa;
 - d) Solicitação direta a advogados e outras entidades de informações sobre cobranças em curso, litígios ou ações judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida;
 - e) Análise das situações justificativas do reconhecimento quer de perdas por imparidade em ativos quer de provisões ;
 - f) Verificação da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;
 - g) Análise e teste dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
 - h) Análise das operações e saldos com as entidades relacionadas;
 - i) Apreciação da política de seguros de investimentos detidos, incluindo a atualização dos capitais seguros;
 - j) Verificação das principais variações patrimoniais (positivas e negativas) ocorridas no exercício quanto à sua natureza e conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis.
3. Solicitámos à Administração a Declaração do Órgão de Gestão a que se refere o parágrafo 20 das Normas Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
 4. Emitimos a certificação legal das contas, que aqui se dá por integralmente reproduzida.
 5. Em consequência do trabalho efetuado, entendemos dever relatar o seguinte:
 - 5.1. Tal como referido no ponto 9. da certificação legal das contas, nas notas finais do relatório de gestão e na nota 32.2 do anexo às demonstrações financeiras, na sequência de uma ação inspetiva tributária que incidiu sobre o exercício de 2008, resultou uma proposta de ajustamentos à matéria coletável de IRC e correções ao IVA dedutível desse exercício. O Conselho de Administração considera não existirem razões para os ajustamentos propostos bem como para as correções efetuadas pela Administração Fiscal, pelo que não foi expressa nas contas qualquer responsabilidade daí decorrente.
 - 5.2. A conta "Outras contas a receber" inclui 109.917 euros que, tal como refere o anexo na nota 21, reflete o montante de IVA pago pela Empresa, resultante da ação inspetiva tributária, referida no ponto anterior do presente relatório. A Empresa apresentou uma reclamação graciosa que foi indiferida. Aguarda-se agora a decisão do recurso hierárquico interposto, conforme resposta do advogado da Empresa Dr. Artur Soveral Andrade.



- 5.3. Tal como refere o relatório de gestão, sob o título "Enquadramento Legal Relevante", o parecer, datado de 1 de abril de 2011, da Direcção Geral das Autarquias Locais conclui que a Empresa integra o Setor Empresarial Local. Nestas circunstâncias, deverá a Empresa proceder às respetivas adaptações e fazer cumprir o estabelecido na Lei 53-F/2006, de 29 de dezembro.

De notar que foi-nos já presente documentação relacionada com orientações estratégicas e contrato-programa para 2012.

Recordamos, no entanto, a necessidade de proceder à respetiva adaptação dos estatutos e serem facultados às autarquias, nos termos do artigo 27º da citada lei, designadamente, os projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais, os projetos dos orçamentos anuais, incluindo as estimativas das operações financeiras com as autarquias locais, os planos de investimento anuais e plurianuais, bem como os relatórios trimestrais de execução orçamental.

Recordamos ainda que, nos termos do artigo 40º da mesma lei, deverão ser também elaborados os denominados "instrumentos de gestão previsional".

- 5.4. A Empresa, em 2010, reclassificou os ativos associados a "Bragadas" para "Ativos Intangíveis", no âmbito da IFRIC 12 – "Acordos de concessão de serviços", na medida em que considera que, nos termos do contrato de concessão, se trata apenas de um direito de utilização, não existindo controlo. De facto, é o concedente que controla a infra-estrutura, e que, no final do contrato, essa infra-estrutura reverterá para a sua posse.

- 5.5. A rubrica "Diferimentos" inclui 461.714 euros, titulados por "Protocolos de contrapartidas" onde estão contabilizados valores para reconhecer em gastos nos próximos exercícios referentes a contrapartidas financeiras atribuídas a alguns dos Municípios acionistas a título de renúncia à prossecução da atividade de produção de energia. O valor diferido teve em conta o período de vida útil de 25 anos para cada um dos Parques Eólicos instalados e do empreendimento hidroelétrico.

O período de vida útil que tem vindo a ser utilizado para os aerogeradores é de 20 anos, para as turbinas 16 anos e para a construção civil (barragem) 30 anos. Se fosse utilizado o critério das concessões de terrenos, teríamos 25 anos e 35 anos, para as eólicas e hídricas, respetivamente.

- 5.6. A rubrica "Outras contas a pagar" inclui 450.000 euros, que transitam de 2006, respeitantes ao crédito decorrente da aquisição da sociedade "Hidroelétrica de Cavês, Lda", agora designada de "Hidroelétrica de Daivões, Lda", cujo valor ascendeu a 500.000 euros.



- 5.7. A rubrica "Fornecimentos e serviços externos" inclui 484.558 euros, titulados por "Publicidade e propaganda", onde estão contabilizados gastos debitados por diversas entidades, nomeadamente:

Descrição	Euros	
	31-dez-11	
Vitaguiar, EM	150.000	
Chaves Viva	150.000	
Ecomuseu	54.000	
Grupo Desportivo de Chaves	30.000	
Naturgraf	25.000	
Clube de Golfe de Vidago	15.000	
Outros	60.558	
Total	484.558	

- 5.8. Comparativamente com o ano anterior, em 2011 a rubrica de "Donativos" tem o seguinte detalhe:

Descrição	Euros	
	31-dez-11	31-dez-10
Donativo Social – Maj 140%	950.500	782.625
Donativo Cultural – Maj 120%	0	69.000
Donativo Ambiental – Maj 120%	100.000	165.000
Donativo Social – Maj 140% n.º 3, art. 2º	73.500	52.500
Total	1.124.000	1.069.125

Tal como já por nós referido em relatórios anteriores, não excluimos que estes valores, venham a ser considerados, por parte da Administração Fiscal, como excessivos ou desajustados da atividade normal da Empresa.

6. Cumpre-nos Informar que apreciamos o relatório de gestão, o qual satisfaz os requisitos legais.
7. A partir de 2002, inclusive, por força da Portaria 1446 – C/2001, tornou-se necessário, entre outras obrigações, o seguinte:
- Indicar, na declaração anual de IRC, a existência ou inexistência de operações com entidades em situação de relações especiais e o referido montante, bem como se foi ou não organizado um dossier de documentação justificativa dos preços de transferência praticados.
 - Elaborar e manter, para as sociedades com faturação superior a 3 milhões de euros, o dossier de documentação acima referido, com o conteúdo referido no art.º 14 da portaria 1446 – C/2001.

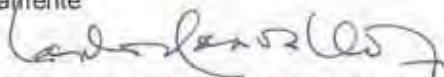
- c) Efetuar, na declaração mod. 22 de IRC, as correções consideradas necessárias na determinação do lucro tributável, no montante correspondente aos efeitos fiscais decorrentes de não terem sido praticados, com entidades não residentes, em situação de relações especiais, termos ou condições idênticas às que seriam adotadas entre entidades independentes em operações comparáveis.

Tais "dossiers" de documentação deverão ser mantidos sempre atualizados.

8. Desejamos agradecer à Administração e a todo o pessoal da Empresa a boa colaboração que nos prestaram.

Com os nossos melhores cumprimentos,

De V. Exas.
Atentamente



PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)

